

IBIRAMA

OS XOKLENG E A BARRAGEM

|                          |             |
|--------------------------|-------------|
| INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL |             |
| Data                     | ___/___/___ |
| Cod.                     | X6D00022    |

Entre 1960 - 1974, começaram os estudos de projetos etc... para a construção da Barragem Norte - Vale do Itajaí, para contenção de cheias, afim de proteger a cidade de Blumenau entre outras.

Estamos em 1.990 ...

Passamos pela Ditadura Militar

Entramos na "chamada" Nova República

Temos nova Constituição no País

Conseguimos reconquistar o direito de Eleições Diretas

Estamos hoje no Governo Pireotécnico collorido,

A Barragem Norte não está concluída

O DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento, foi extinto por este Governo.

Collor até agora não definiu sua política indigenista

A FUNAI tem novo Presidente - Cantídio Guerreiro Guimarães que responde processo na Justiça Federal (junto com Ex - Presidente da FUNAI Romero Júnior) por extração irregular de madeira em área indígena.

Os Xokleng continuam sofrendo com os danos causados pela construção da Barragem, não tendo ainda, por incrível que pareça, depois de 20 anos, recebido integralmente a indenização a que têm direito!!!

A Reserva Indígena de Ibirama é propriedade dos Xokleng desde 1.926 quando foi criada pelo Governo de Santa Catarina e eles, se quer foram consultados pela FUNAI e DNOS sobre a construção desta barragem.

Durante esses anos os Xokleng muitas vezes organizaram movimentos como forma de pressionar o cumprimento do convênio DNOS e FUNAI/80. Exemplo disso:

1º - OUT/80 - Comunidade Indígena Solicita ao Governo sua emancipação. Estavam cansados dos estragos das enchentes e da inoperância da FUNAI. Voltaram atrás quando perceberam que por de trás da política de emancipação estava a perda dos direitos indígenas - principalmente o direito à terra.

2º - MAI/81 - Os índios prendem funcionários da FUNAI exigindo indenização justa pela perda de suas terras

3º - JUN/81 - Criam uma Comissão Indígena visando melhor organização de suas ações reivindicatórias.

4º - JAN/83 - Os Xokleng embargam as Obras de Construção da Estrada de contorno do lago a ser formado.

5º - MAI/83 - Tomam como reféns 15 trabalhadores do DNOS. Apreendem máquinas e embargam a construção da estrada de contorno.

ABR/90

6º - DNOS EXTINTO - Índios interditam estradas e prendem os caminhões que fazem a retirada do material do Canteiro de Obras. Parte deste material deveria ser usada para construção de casas indígenas.

7º - JUN/90 - Ocupam casas vazias do Canteiro de Obras do DNOS. São hoje 58 famílias ocupando casas de peões e engenheiros, reivindicando o cumprimento total das indenizações a que tem direito.

Várias vezes recorreram a Entidades de Apoio como : ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), ANTROPÓLOGOS (Entre eles destacando-se o Professor Silvio Coelho dos Santos), PARLAMENTARES e mais recentemente à PROCURADORIA DA REPÚBLICA.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA

Em agosto de 89 juntamente com ANAI e IECLB, estiveram na Procuradoria da República em Florianópolis. Os jornais noticiaram que a Procuradoria teria entrado com uma ação contra o DNOS e FUNAI a fim de que o convênio de 1.981 firmado entre os dois órgãos fosse cumprido.

Em julho de 1990 - Após ocupação das casas do Xokleng os Xokleng com ANAI e Representantes do Departamento de Antropologia da UFSC, recorreram novamente à Procuradoria.

Em 17 de agosto os Xokleng acompanhados dos Representantes da CNBB, CIMI e Representantes do Museu de Antropologia da UFSC em audiência com a procuradora Dr. Ana Maria Guerreiro Guimaraes, são informados que foi encaminhado à Justiça Federal solicitação de Medida Cautelar visando o arrolamento dos bens que se encontram no Canteiro de Obras e determinando que os índios ficassem como fiéis depositários, no aguardo dos resultados do Processo. Foi concedida a liminar.

DNOS e FUNAI trocam acusações sobre responsabilidades pela situação enquanto os Xokleng continuam reivindicando os seus direitos:

1. Das 63 casas prometidas 33 foram construídas. O DNOS repassou verbas à FUNAI mas afirma que a empreiteira contratada retirou-se da obra.
2. Construção de 3 escolas sendo duas com residências anexas para professor - apenas uma foi concluída.
3. Construção de uma Igreja e casa para Pastor da Congregação Assembléia de Deus.
4. Instalação de 6 km de rede de abastecimento d'água.
5. Elaboração (pelo DNOS) de um documento que garanta à Comunidade Indígena o uso da área de 724,564 Ha., desapropriada da Comunidade de Barra Dollman para a formação da Bacia de acumulação.
6. Financiamento por parte do DNOS de um projeto de desenvolvimento agrícola e florestal. Os recursos foram repassados à FUNAI mas os Índios afirmam que nada foi feito.
7. Repasse de 20 casas do canteiro de obras (após a conclusão da barragem) como forma de minimizar os prejuízos dos índios, pela não execução da totalidade das casas (63) previstas no convênio/81
8. Remoção das famílias que ainda residem na Bacia de Acumulação .

Estes itens e outros mais (inclusive repasses de dinheiro vivo) que deixamos aqui de mencionar por falta de espaço constam de vários documentos - Convênio entre FUNAI e DNOS - 29/81, que foi RE-RATIFICADO duas vezes, sendo então incluídos 1º e 2º ADITIVOS e um estranho Protocolo de Intenções/87, sem assinaturas .

Os Xokleng estão cansados de tantas promessas. Durante 20 anos eles estiveram se movimentando em defesa de seus direitos. O Estado Brasileiro através do DNOS e FUNAI nada mais fez ~~além~~ do que jogá-los na dramática situação que hoje se encontram...

CIMI-REGIONAL SUL  
(Conselho Indigenista Missionário)

31 de agosto de 1.990.



NOTA A IMPRENSA

Desde o dia 14 de junho de 1990 cerca de 50 famílias Xokleng e Kaingang do Posto Indígena Duque de Caxias, município de José Boiteux, ocupam as casas pertencentes aos trabalhadores da Barragem Norte, abandonadas com a extinção do DNOS. O movimento é uma forma de pressionar o cumprimento de acordos feitos, desde 1981 entre DNOS, FUNAI e comunidade indígena. Por estes acordos os índios receberiam 30 casas, 2 escolas, 2 casas para professores, 1 igreja e casa para o pastor, além de melhorias na estrada de acesso à Reserva, pela margem esquerda do Rio Hercílio; instalação da rede de abastecimento de água na Sede Administrativa; remanejamento das famílias indígenas que ainda se encontram à margem direita do mesmo rio; elaboração de um documento garantindo-lhes o uso de 724.564 hectares de terra da bacia de acumulação de água na barragem para o cultivo agrícola e pecuária; construção de 2 pontes, tipo pênclil, uma sobre o rio Platê e outra sobre o rio Hercílio; conclusão da ponte sobre o rio Platê utilizando vigas metálicas do canteiro de obras da Barragem; pagamento de um projeto agrícola e florestal no valor de 2 milhões de cruzeiros; remoção dos bens dos índios dentro da bacia de acumulação; indenização da estrada que foi construída pelo DNOS, de 15 Km, na margem direita sem conhecimento dos índios e falta de repasse aos índios de Cr\$ 48.636,154,00, referentes à transferência de bens removíveis dos mesmos, na bacia de acumulação; repasse de Cr\$ 363.318,00 da FUNAI ao DNOS em 1988, sem conhecimento dos índios e por fim o repasse de 20 casas do canteiro, após a conclusão da barragem.

Cansados de esperar alguma resolução dos órgãos envolvidos, os índios estiveram na Procuradoria da República, Florianópolis, para verificar o andamento da liminar que obriga o cumprimento dos acordos feitos. A procuradora Ana Maria F. Guimarães disse que o caso foi transferido para o juiz de Ibirama, Júlio César Knol, que recebeu autorização do Juiz Federal da 4ª Vara de Seção Judiciária de Santa Catarina, Dr. José Fernandes de Camargo, para proceder à arrolagem de todos os bens existentes no canteiro de obras para que os mesmos sejam inventariados e destinados à realização das benfeitorias prometidas à Comunidade Indígena.

Os índios também reivindicam junto à sociedade o apoio ao seu movimento, de forma concreta, com alimentos e agasalhos para as famílias que estão no canteiro, em vista da situação dramática em que se encontram.

O APOIO DA SOCIEDADE

Em vista desta situação dramática por que passam os índios foi formada uma Comissão de Apoio com representantes de várias entidades civis e religiosas como: CIMI, IECLB, Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, Igreja Católica, Assembléia de Deus, COMIN, ANAI, UFSC, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, ABA, OAB.

Esta comissão visitou o Canteiro de obras e reuniu-se com as lideranças indígenas, prefeitos de José Boiteux e Vitor Meirelles, vereadores dos mesmos municípios e os órgãos responsáveis - DNOS, FUNAI, C.R. Almeida, com o objetivo de ver e analisar a situação, denunciar o descaso e declarar seu apoio aos índios.

Equipe Ecumênica

José Boiteux, 01-09-90